

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contrabando rouba futuro dos brasileiros (Artigo)..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

PEC dos Precatórios: promulgação fatiada..... 4

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL  
ECONOMIA

Auxílio Brasil de R\$ 400 começa a ser pago nesta sexta-feira..... 5

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
ECONOMIA

Governo prevê rombo de R\$ 2,6 bi no teto de gastos..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto que prorroga desoneração da folha para 17 setores será votado amanhã, afirma Pacheco..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desoneração será votada amanhã..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Crédito a aposentado terá juro mais alto..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp, referência para a previdência complementar de estados e municípios (Artigo)..... 12

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS define nova regra para aposentadoria de autônomo..... 14

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamento do 13º injeta R\$ 3,6 bi no Grande ABC..... 15

PORTAL R7 - NACIONAL - R7 PLANALTO  
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso pode aprovar 'armadilhas fiscais' até o fim do ano..... 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que vemos é um desmonte das instituições fiscais , diz Eduardo Giannetti..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Desafios da economia brasileira em debate no Correio..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Projeto para segurar preço da gasolina..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Bolsonaro é aplaudido ao dizer que deve favores a empresários** ..... 21

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

**A economia piorou (Artigo)** ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

**Dinheiro público, orçamento privado (Editorial)** ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Maior choque de juros em quase 20 anos** ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Alta de preços desorganiza economia e afeta a todos** ..... 26

ZERO HORA - RS - CAPA  
ECONOMIA

**BC decide hoje sobre alta do juro sob pressão da inflação e alerta de recessão** ..... 27

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Guedes é "a confiança no mercado", diz Bolsonaro** ..... 28

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Guedes defende mudanças em imposto** ..... 30

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Defesa do Prouni (Editorial)** ..... 31

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

**A inflação a seu favor (Artigo)** ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO  
ECONOMIA

**Os efeitos da Ômicron para a economia global** ..... 33

# Contrabando rouba futuro dos brasileiros (Artigo)

**Edson Vismona**

O contrabando causou prejuízo de R\$ 288 bilhões ao Brasil só em 2020, somando as perdas registradas em 15 setores e a estimativa de **impostos** não recolhidos, segundo levantamento anual do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). O valor é mais que o dobro do orçamento para a educação no ano passado e 22 vezes o destinado à segurança pública. Essa situação não é sustentável e traz efeitos nefastos para o país. Por isso, é preciso conscientizar a sociedade e buscar soluções para que produtos não entrem de forma ilegal no Brasil.

Para criar um ambiente de diálogo sobre esse tema, o FNCP lança a campanha "O Contrabando Rouba o Futuro dos Brasileiros". O objetivo é refletir sobre os riscos do comércio ilícito. Estamos convidando a sociedade a se unir a nós com o propósito de criar soluções. Imagine o que seria possível fazer com esses R\$ 288 bilhões que não chegaram a existir. Uma riqueza que poderia gerar empregos, ampliar a indústria, financiar a segurança e programas sociais, favorecer o consumo e melhorar as condições de vida. Com os impactos negativos da pandemia, agravados pela alta da **inflação** e perda arrecadatória, o combate ao contrabando se faz mais urgente para auxiliar na retomada do crescimento do Brasil.

A **Receita Federal** e as polícias registram, ano a ano, aumento nas apreensões de contrabando/descaminho e de produtos falsificados. Mesmo com as operações integradas, que resultaram em apreensões recordes recentes, temos na outra ponta o crime organizado criando estratégias para se fortalecer. Nos últimos sete anos, o valor que o país perdeu com o mercado ilegal quase triplicou: de R\$ 100 bilhões em 2014 para R\$ 288 bilhões em 2020, segundo balanço do FNCP. Apenas em 2020, foram mais de R\$ 90 bilhões em **impostos** não recolhidos.

O índice de Economia Subterrânea (IES), que envolve todas as atividades exercidas sem o pagamento de **impostos**, confirma o tamanho da informalidade. Realizado em parceria entre o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), o IES aponta que o mercado informal movimentou R\$ 1,2 trilhão no ano passado, ou 17,1% do **PIB** brasileiro.

Há sinais de que o comércio ilegal vem se recuperando das restrições impostas pela Covid-19: as apreensões da **Receita Federal** no primeiro semestre deste ano aumentaram.

O valor dos bens recolhidos teve alta de 54,93% em relação ao primeiro semestre de 2020, representando agora mais de R\$ 2,142 bilhões.

A repressão constante e vigilância do poder público vem sangrando os cofres dos criminosos, mas a ameaça permanece. A ação do Estado sofre com a redução de recursos e com aspectos legais e jurídicos que favorecem a ação criminosa; afinal, as sanções e penas no Brasil para o contrabandista são baixas e há interpretações dúbias, estimulando a impunidade.

O poder público conta com o apoio dos setores produtivos. Desde 2014, o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro -com integrantes do Etco, do FNCP e de mais de 70 entidades- busca conscientizar a sociedade sobre esse grave problema. Afinal, as indústrias e o comércio, que atuam de maneira lícita, recolhendo **impostos** e gerando empregos, são diretamente impactados.

No site [www.contrabandonao.com.br](http://www.contrabandonao.com.br), apresentamos a campanha agora lançada. É possível entender o quanto o país perde com o mercado de produtos ilegais, quais os efeitos nocivos do contrabando para a sociedade e como cada cidadão pode colaborar para fortalecer o comércio legalizado, trazendo de volta o dinheiro perdido e movimentando a economia de forma sustentável e próspera. Queremos que a sociedade abrace essa luta conosco, assinando nossa petição, que demanda uma solução do Estado brasileiro para as causas do contrabando, em prol do desenvolvimento social e econômico do Brasil e de sua população.

Com informações transparentes, o cidadão colabora na construção de um país mais justo, com mais oportunidades e muito mais segurança para toda a sociedade.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49753&anchor=6446796&pd=338ed0ffa2817e2adb61ef3d412b5333>

# PEC dos Precatórios: promulgação fatiada

**JORGE VASCONCELLO** *Tainá Andrade*

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegaram a um acordo sobre como será a reta final da tramitação da PEC 23/2021, que trata dos precatórios, já aprovada nas duas Casas. Conforme o acerto, os pontos do texto que forem consenso entre deputados e senadores deverão ser promulgados, hoje, pelo Congresso.

"A promulgação deve acontecer amanhã (hoje). As duas assessorias já estão trabalhando. No texto comum, tecnicamente, para que não haja qualquer tipo de contestação", disse Lira, que já vinha defendendo o fatiamento da proposta. Ele anunciou o acordo durante pronunciamento ao lado de Pacheco, após mais uma reunião sobre o assunto.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados pelo Executivo, no ano que vem, na forma de precatórios ? dívidas da União e dos entes federados reconhecidas pela Justiça.

A PEC foi aprovada no Senado na semana passada e, como sofreu alterações, terá de ser apreciada novamente pela Câmara.

O acordo anunciado pelos parlamentares prevê, também, que as mudanças feitas no texto pelos senadores serão pensadas a uma outra PEC, a 176/2012, que está pronta para ser votada no plenário da Câmara. Ela retira idosos e pessoas com doença grave ou incapacitante da ordem de precatórios. Com esse pensamento, as inovações promovidas pelo Senado poderiam ser votadas rapidamente.

Conforme anunciaram Lira e Pacheco, a votação da PEC 176/2012 com os apensados deverá ocorrer na terça-feira da semana que vem. Antes do acordo, o presidente da Câmara defendia que as mudanças feitas pelos senadores deveriam tramitar normalmente nas comissões, antes de irem a plenário.

No pronunciamento, Lira afirmou que os pontos da PEC dos Precatórios que têm consenso na Câmara e no Senado são a abertura do espaço fiscal no

Orçamento de 2022, o adiamento do pagamento de precatórios e a possibilidade de os municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a **Previdência Social**. "Nós teremos de, agora, até a próxima terça, conversar em Brasília para tentarmos alinhar o máximo de texto comum possível", destacou.

Os dois parlamentares negaram que tenha havido uma queda de braço entre Câmara e Senado em torno da tramitação da PEC dos Precatórios. "Ao promulgar a PEC, a partir desse trabalho técnico que nós estamos fazendo de hoje (ontem) para amanhã (hoje), promulgando essa parte comum amanhã (hoje) e tendo o compromisso da Câmara da apreciação das inovações na terça-feira, eu considero que estão acomodados os interesses, de Câmara e de Senado, e o interesse da sociedade de ver esse problema resolvido", declarou Pacheco.

Segundo ele, pesou muito a favor do acordo a urgência da definição do financiamento do Auxílio Brasil. "Há uma unanimidade no Senado, um senso de urgência de implantação para o Auxílio Brasil", disse.

## Alterações

Em uma das modificações feitas no texto, o Senado definiu que o Auxílio Brasil terá caráter permanente, e não vigência apenas até dezembro de 2022, como previa a versão original. Também foi aprovada a vinculação de todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da **Seguridade Social** ? Saúde, **Previdência Social** e assistência social.

Entre os senadores, a pressão de Lira pelo fatiamento da PEC gerou preocupações com a possibilidade de os deputados retomarem a versão original da PEC. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), tinha dito que o presidente da Câmara estava ciente das negociações para a aprovação da proposta e tinha assumido o compromisso de votar o texto na íntegra, e não fatiado.

# Auxílio Brasil de R\$ 400 começa a ser pago nesta sexta-feira

## FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou a medida provisória que garante o pagamento mínimo de R\$ 400 às famílias beneficiárias do Auxílio Brasil ainda no mês de dezembro. O texto cria o chamado "Benefício Extraordinário" e foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (7).

A medida tem vigência imediata, o que significa que 14,6 milhões de famílias contempladas pelo Auxílio Brasil receberão o novo valor já a partir desta sexta-feira (10), quando inicia o calendário de pagamentos deste mês. Em novembro, o valor médio do Auxílio Brasil foi de R\$ 224,41, mas Bolsonaro já prometeu um repasse de ao menos R\$ 400 até o fim de 2022, ano em que ele buscará sua reeleição.

Segundo o Ministério da Cidadania, do total de 14,5 milhões de famílias atendidas em novembro, 13 milhões recebiam menos de R\$ 400. O texto prevê expressamente que o Benefício Extraordinário será equivalente ao valor necessário para alcançar a quantia de R\$ 400.

A medida vem antes mesmo de o governo conseguir a aprovação integral da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que altera a regra de cálculo do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à **inflação**) e também adia o pagamento de parte das dívidas judiciais da União contra as quais já não cabe recurso.

As mudanças abrem um espaço de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022, dos quais R\$ 51,1 bilhões serão destinados à ampliação do programa social. A proposta foi aprovada na Câmara, mas sofreu alterações no Senado, o que exige nova apreciação do texto pelos deputados.

Nesta terça-feira (7), os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciaram um acordo para fatiar a PEC e promulgar a parte que foi aprovada com a mesma redação nas duas casas. Segundo Pacheco, a medida vai assegurar desde já um espaço extra de mais de R\$ 60 bilhões.

A folga restante ainda dependerá da votação do restante da PEC, que será apensada a uma proposta

já em tramitação e que pode ser levada diretamente a plenário. A apreciação está prevista para a próxima terça-feira (14). Antes do anúncio do acordo, o vaivém nas negociações da PEC despertou dentro do governo o temor de atraso no cronograma de implementação da parcela ex-tra no benefício das famílias, o que levou a área política a deflagrar a estratégia da medida provisória.

## Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=1952#book/56>

# Governo prevê rombo de R\$ 2,6 bi no teto de gastos

Depois da aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios com R\$ 106,1 bilhões a mais para o governo gastar em 2022, o Ministério da Economia calcula que ainda faltam R\$ 2,6 bilhões de espaço no teto de gastos, regra que atrela as despesas à inflação, para acomodar o orçamento do ano eleitoral.

Com esse rombo, as pressões para novos aumentos dos gastos vão agora se concentrar nas negociações para a votação do orçamento, que se intensificaram com a apresentação do relatório preliminar do relator-geral, Hugo Leal (PSD).

O parecer mantém o caminho para R\$ 16 bilhões em emendas do orçamento secreto em ano eleitoral, sinalizando que a pressão por gastos continua. A manutenção das emendas de relator, as RP9, não está na lista da equipe econômica. Os dados mostram que a PEC não foi suficiente para o tamanho da demanda do presidente Jair Bolsonaro (PL) e dos seus aliados.

Para acomodar mais gastos, o relator terá de cortar outras despesas discricionárias dos ministérios (verbas gastas em investimentos e custeio da máquina), que somam apenas R\$ 98 bilhões para 2022. Ou, na pior das hipóteses, passar a tesoura em gastos obrigatórios (como despesas previdenciárias), repetindo o que aconteceu na votação do orçamento de 2021 - que abriu um impasse com o Ministério da Economia e levou a uma crise política no início do ano.

A conta do Ministério da Economia tem servido de base nas negociações com o Congresso, mas também vem sendo usada por Paulo Guedes para rebater a ideia dos críticos de que a PEC serviu de base para uma explosão de gastos eleitoreiros que colocam em risco as contas públicas.

Guedes vem reforçando esse ponto de vista e chama a abertura do espaço fiscal de "teto solar".

Na conta, o governo incluiu o gasto adicional de R\$ 54,6 bilhões para o Auxílio Brasil turbinado de R\$ 400 para 17,9 milhões de famílias, além da elevação das despesas com benefícios previdenciários, por causa da inflação.

**Site:**

**[http://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?num  
ero=18549](http://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?numero=18549)**

# Projeto que prorroga desoneração da folha para 17 setores será votado amanhã, afirma Pacheco

**Renato Machado Brasília**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia será votado na Casa nesta quinta-feira (9).

O anúncio foi feito após reunião com empresários desses setores, que pediram durante o encontro celeridade para que a medida possa valer ainda neste ano. A desoneração da folha perde sua validade no dia 31 de dezembro.

A proposta já foi aprovada pela Câmara. Por isso, se receber o aval dos senadores, sem alterações, o texto vai direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Pacheco, por outro lado, afirmou que não haveria tempo hábil para analisar ainda em 2021 eventual veto de Bolsonaro à desoneração.

"Acabo de receber uma comitiva de representantes das associações, que por sua vez, representam 17 setores da economia e da produção do nosso país, que são alcançadas pelo projeto de lei que se refere à desoneração da folha de pagamento, que é na verdade é uma tributação específica para esses setores", afirmou.

"O que ficou decidido pela presidência do Senado, considerando tratar-se de um tema já amplamente aprovado pela Câmara dos Deputados, conhecido do Congresso Nacional, porque discussões parecidas aconteceram no passado, da inclusão na pauta do Senado Federal de quinta-feira desse projeto", completou.

A desoneração da folha, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 34,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a **Previdência Social** (contribuição patronal).

Isso representa uma diminuição no custo de

contratação de mão de obra. Por outro lado, significa menos dinheiro nos cofres públicos.

Atualmente, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

"É um projeto importante, porque alcança setores de alto índice de empregabilidade, daí a razão de ser do projeto e da importância do seu mérito. Então há um compromisso nosso da presidência, que acredito com a colaboração, se não unânime, da grande maioria dos senadores, que tenhamos a apreciação no plenário do Senado ainda nesta semana, lembrando que estamos um pouco premidos pela circunstância de tempo." Foi então perguntado ao presidente do Senado se haveria tempo para a derrubada pelo Congresso de eventual veto. "Não, não daria [para derrubar eventual veto ainda neste ano]." Bolsonaro, no entanto, já manifestou apoio para a medida.

O projeto começou sua tramitação na Câmara. Foi aprovado em caráter terminativo pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), no dia 17 de novembro. Dessa forma, não precisou ir a plenário. A proposta prorroga a desoneração até 31 de dezembro de 2023.

Guedes volta a criticar **impostos** sobre salários como forma de bancar CNI

O ministro Paulo Guedes (Economia) voltou a criticar a forma de financiamento do chamado Sistema S, conjunto de instituições administradas por entidades empresariais. Elas recebem recursos recolhidos pela **Receita Federal** sobre a folha de pagamentos das empresas. "Quero deixar uma reflexão para a CNI [Confederação Nacional da Indústria]. Faz um belíssimo trabalho, mas a forma de financiamento está equivocada" afirmou em evento da própria CNI -que administra o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

**Site:**



<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

53

# Desoneração será votada amanhã

**Israel Medeiros, Cristiane Noberto**

O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia vai ser colocado na pauta do Senado amanhã. Foi o que garantiu o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ontem, após receber uma comitiva de empresários diretamente beneficiados pela medida. O parlamentar tem sido pressionado a levar o tema à votação o quanto antes, já que a desoneração que está em vigor termina em 31 de dezembro deste ano.

"O que ficou decidido pela Presidência do Senado, por se tratar de tema amplamente aprovado pela Câmara dos Deputados, já conhecido do Congresso Nacional ? porque discussões parecidas aconteceram no passado ?, foi a inclusão na pauta do Senado, na próxima quinta-feira, desse projeto", afirmou.

Pacheco também confirmou que o PL será relatado pelo vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). "É um projeto importante, porque alcança setores com alto índice de empregabilidade", argumentou. Os 17 setores ? que incluem transporte, construção civil e call center ? empregam 6 milhões de pessoas. De acordo com Vital do Rêgo, há urgência na aprovação da matéria. "É um tema altamente sensível e, dificilmente, há quem desconheça a importância da sua prorrogação. É por essa razão que eu quero crer que até quinta-feira nós conseguiremos votar o projeto de lei. (...) Os senadores sabem que esse prazo, até 31 de dezembro, é curto e vai requerer, de todos nós, essa participação", afirmou. O senador pretende apresentar, hoje, seu parecer, para que os colegas conheçam o texto e tenham condições de deliberar sobre a matéria já no dia seguinte.

Diante da grave crise econômica e social que atinge o país, o governo federal resistiu à proposta inicial, que era estender a prorrogação da desoneração até 2026. Em acordo firmado entre o Executivo e parlamentares da Câmara, ficou decidido que a extensão se daria até 2023. O governo não quer arriscar uma onda de demissões em ano eleitoral.

## Incentivo

Entre empresários, há consenso com relação à importância de manter a desoneração. Segundo Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), a desoneração significou, nos últimos anos,

um "incentivo ao investimento e à empregabilidade" no setor, um dos beneficiados pela medida. "O nosso setor de telecomunicações, especificamente, é intensivo em mão de obra. Nós, durante a pandemia, não paramos. Nossos trabalhadores estiveram nas ruas conectando as pessoas, garantindo que não houvesse problemas de comunicação, que as consultas e reuniões on-line ocorressem", pontuou, após participar da reunião com o Pacheco.

Segundo Suruagy, "é importante que mantenhamos essa empregabilidade, principalmente quando estamos no limiar do 5G". "Nós precisamos continuar com a desoneração. Se não vier, essa previsão é de um aumento médio de **tributos** em torno de 7,5% em relação ao faturamento. Numa época em que nós estamos tentando sair da pandemia, sobreviver, isso significa queda de empresas e demissão generalizada", defendeu. "Somente em nosso setor, a previsão com a desoneração é de contratação em torno de 970 mil trabalhadores nos próximos cinco anos. Sem a desoneração, é demissão em massa de 490 mil trabalhadores, isso contado na ponta da unha em dois anos", frisou. Por sua vez, José Velloso, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), considera a desoneração da folha uma "tributação inteligente", porque permite às empresas com maior faturamento pagar mais **tributos** e às de menor faturamento, pagar menos **tributos**.

"Neste ano, o setor de máquinas e equipamentos aumentou o número de empregados em torno de 14% em função da desoneração da folha", disse. "Neste momento, após 11 anos, principalmente depois de uma crise importante e, agora, uma nova crise de **inflação** alta e juros altos, é importante que a gente mantenha previsibilidade e continue com o regime que temos desde 2011."

## Alíquotas

A desoneração da folha permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

# Crédito a aposentado terá juro mais alto

**Fernanda Strickland, Maria Eduarda Angeli\***

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional da **Previdência Social (INSS)** vão pagar mais caro, a partir de janeiro, pelo crédito consignado concedido pelos bancos? aquele em que o valor das parcelas é descontado diretamente na folha de pagamento. Os juros dos empréstimos vão subir de 1,80% ao mês para 2,14%, e as taxas do cartão de crédito consignado vão passar de 2,70% para 3,06%. A medida era reivindicada pelos bancos e foi aprovada na última terça-feira pelo Conselho Nacional de **Previdência Social (CNPS)**.

A alta afeta diretamente milhões de segurados do **INSS** que recorrem aos empréstimos. De acordo com o Banco Central, o saldo das operações de crédito consignado para beneficiários da Previdência alcançou R\$ 186,7 bilhões em outubro, quase 20% a mais do que o volume de um ano atrás.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, foram levadas em conta, para o reajuste, a elevação da taxa básica de juros, a Selic, e a alta da **inflação**. "Os conselheiros reconheceram a necessidade de alterar a taxa para se adequar às oscilações do mercado financeiro e ressaltaram a importância da educação financeira para aposentados e pensionistas do **INSS**", diz **comunicado** distribuído pela pasta.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que baliza os reajustes dos benefícios previdenciários, já subiu 8,45% neste ano, passando dos 10% no período dos últimos 12 meses. A Selic, que estava em 2% ao ano, no início de 2021, chegou a 7,75% em outubro e, hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve anunciar uma nova alta, que, segundo estimativas de analistas, deve levar a Selic para 9,25%.

aposentados(foto: Editoria de arte do Correio) Em 2020, no início da pandemia, as taxas máximas do crédito consignado para beneficiários do **INSS** foram reduzidas de 2,08% para os atuais 1,80% ao mês. O objetivo do governo era reforçar o crédito e sustentar a demanda da economia, que sofreu um forte abalo em consequência da pandemia da covid-19 no país e das medidas de isolamento social necessárias para combater a doença.

Desde então, a situação mudou, a **inflação** entrou em disparada e o BC decidiu elevar a Selic para diminuir a oferta de crédito no mercado.

Na opinião da advogada Izabelle Oliveira, o reajuste vai ter impacto negativo no orçamento dos beneficiários, que já vêm sofrendo com a redução do poder de compra provocado pela **inflação**. "O crédito consignado era um recurso alternativo de ajuda para tais problemas", disse. Para ela, o aumento na taxa pode inviabilizar o acesso aos empréstimos para muitos aposentados e pensionistas.

A possibilidade de contar com um empréstimo mais barato do que as opções existentes no mercado sempre agradou à aposentada Lídia Luz, de 81 anos. Ela relatou que, tão logo recebeu a primeira carta do governo informando sobre o crédito, logo após o falecimento do marido, correu para o **INSS**. "Eu fui logo, rapidinho, fiz o meu. Hoje não posso fazer mais, por conta do limite de idade de 78 anos, e lamento. Enquanto eu tive o consignado, vivi uma vida de rainha", disse.

Adelaide Simões, aposentada e mãe de três filhas adultas, nunca fez empréstimo consignado e explica: "Sou contra, mas entendo quem faz. De tanto pagar empréstimo não sobra nada para você". Ela acredita que é mais seguro juntar dinheiro quando possível. "Meus pais sempre falaram "se você ganha x, você tem que aprender a viver com x", e sempre guardar, mesmo quando se ganha pouco, porque quando você ganhar mais você só vai guardar mais", afirma.

\*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

# Funpresp, referência para a previdência complementar de estados e municípios (Artigo)

**RICARDO PENA - Auditor fiscal da RFB/ME, economista com doutorado em demografia pelo Cedeplar/UFMG, diretor-presidente da Funpresp**

Mudanças em aposentadorias nunca são encaradas com facilidade, mas são absolutamente necessárias. Implantar a Funpresp para os servidores federais em 2013, por exemplo, transformou a aposentadoria desses trabalhadores, hoje protagonistas do próprio futuro. Em função da situação fiscal e da nova realidade demográfica brasileira, a criação do regime de **previdência complementar**, com planos de contribuição definida e o valor mensal depositado é definido pelo participante, e o benefício futuro dependerá do saldo dessa poupança, foi excelente alternativa para a vida financeira dos servidores, sobretudo com o aumento das alíquotas da previdência oficial.

O mesmo se espera para mais de 2 mil estados e municípios, cujos servidores estão no regime próprio (RPPS). Para entender: a reforma da Previdência de 2019 (Emenda Constitucional 103) determinou que esses entes instituísem planos de **previdência complementar** para seus servidores até novembro de 2021. O prazo foi estendido e, agora, eles têm até 31 de março de 2022 para que os legislativos locais aprovem os novos planos e até 30 de junho do mesmo ano para a implantação. O tema deve ser enfrentado o quanto antes, uma vez que o deficit desses entes acumula R\$ 5,07 trilhões e o sistema tem dívidas parceladas ou refinanciadas acima de R\$ 120 bilhões.

Com as leis locais aprovadas, estados e municípios poderão criar fundações próprias ou terceirizar a gestão dos planos de benefícios. Uma proposta preliminar para rever as leis complementares 108 e 109, ambas de 2001, permite que entidades abertas administrem as previdências desses entes. E tramita na Câmara o Projeto de Lei nº 6.088/2016, para permitir que a Funpresp também administre esses planos.

A Funpresp tem prestado assessoria e dividido conhecimento, erros e acertos vividos em nove anos, durante os quais fui orgulhosamente diretor-presidente desde o início, tendo ajudado a edificar o que ela é

hoje: uma gigante do ramo de previdência com arrecadação anual de R\$ 1,3 bilhão e patrimônio de R\$ 4,8 bilhões.

Pioneira na gestão das aposentadorias de mais de 105 mil servidores, a fundação acumulou, ao longo da vida, requisitos que a colocam na vanguarda do setor, como a quantidade de participantes, que nos permitiu ganhar escala nos investimentos e reduzir custos administrativos. Nossa taxa de carregamento inicial (que custeia essas despesas) é de 7,0%, mas reduz a cada ano que o servidor fica no plano, chegando a 2,5% e zero na taxa de administração. Com mais participantes, a única taxa cobrada pela Fundação deve cair ainda mais.

O know-how adquirido na curta história da Funpresp e a ausência de fins lucrativos trazem vantagens indiscutíveis. No período requerido para aposentadoria, a taxa de carregamento da Funpresp equivale a uma taxa de administração de 0,14% ao ano, enquanto bancos e seguradoras cobram entre 0,6% a 1,0% ao ano. A Funpresp também oferece proteção para morte ou invalidez, além de benefício vitalício para dependentes ou para o próprio servidor que superar a expectativa de vida. Isso porque sabemos gerenciar um fundo coletivo criado especificamente para essas proteções.

A Funpresp é referência no mercado. Nos próximos 10 anos, a projeção é que sejam mais de 400 mil participantes e um patrimônio de R\$ 50 bilhões. Será um dos maiores fundos de pensão da América Latina e importante investidor institucional, podendo contribuir com o desenvolvimento do mercado de capitais e de infraestrutura do país, fomentando a geração de emprego e renda.

Entre as conquistas e os aprendizados desses nove anos à frente da Funpresp, projetos inovadores, como a adesão automática em 2015, a oferta dos perfis de investimentos e de empréstimo, o fortalecimento da transparência e governança e a modernização dos regulamentos dos planos são referências a estados e municípios na construção do regime de **previdência complementar** para os **servidores públicos**.

Boas experiências podem e devem ser usadas como exemplo para os gestores de fundos de previdência dos estados e municípios. A Funpresp é uma entidade sólida, com boa rentabilidade, gestores qualificados, transparente, onde o participante é protagonista, portanto, tem muito a contribuir com esse debate, porque é um modelo que deu certo.

RICARDO PENA - Auditor fiscal da RFB/ME, economista com doutorado em demografia pelo Cedeplar/UFMG, diretor-presidente da Funpresp

# INSS define nova regra para aposentadoria de autônomo

**Leone Oliveira**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) definiu novas regras para a aposentadoria de trabalhadores autônomos, domésticos e Microempreendedores Individuais (MEI).

Esses profissionais que deixaram de contribuir, durante o período de exercício de atividade laboral, terão que realizar as contribuições equivalentes ao período faltante, sendo necessário, em determinados casos, permanecer em exercício de atividade por mais tempo.

Como não trabalham com carteira assinada, os contribuintes individuais são responsáveis por realizar a própria contribuição à Previdência.

As alterações foram feitas pela Portaria 1.382 publicada no Diário Oficial da União, em 22 de novembro. Pela nova regra, as contribuições em atraso feitas por esse grupo só deverão entrar no cálculo de tempo mínimo de contribuição, caso o profissional esteja na qualidade de segurado e para utilização das regras atuais.

"Esse trabalhador permanecerá em atividade por mais tempo para efetuar o recolhimento das contribuições faltantes", diz a advogada especialista em Direito Previdenciário Renata Prado Almeida.

Ela explica que, antes das mudanças impostas pela portaria, o contribuinte individual poderia ir até a agência do **INSS**, provar\* que esteve em atividade naquele período sem recolhimento e pagar o valor referente ao que havia deixado de contribuir, independente de ter perdido a qualidade de segurado.

Desta forma, os valores fariam parte do cálculo para aposentadoria.

Com a alteração, a contribuição paga em atraso referente às competências anteriores a L3 de novembro de 2019, data em que a reforma da Previdência entrou em vigor, não poderá ser utilizada para enquadramento em alguma das regras de transição por pedágio instituídas pela reforma, bem como para as regras de direito adquirido.

Essas contribuições não serão aproveitadas para o

período de carência para implemento de requisitos para obtenção de benefícios. Para perder a qualidade de segurado, o trabalhador precisa ficar de 6 meses a até 36 meses sem contribuir com a Previdência. Esse prazo depende de variáveis, como o tipo de desligamento desse profissional e o tipo de recolhimento.

Segurado deve ficar atento a atrasos, dizem especialistas

A advogada especialista em Direito Previdenciário, Maria Regina Couto Uliana, afirma que os trabalhadores autônomos, domésticos e Microempreendedores Individuais (MEI) precisam ficar atentos para realizar o pagamento de contribuições em atraso.

O risco é que o valor não seja levado em consideração pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) como válido como período de carência para concessão de benefícios, como auxílio-doença.

"Tem que ser paga desde que haja, pelo menos, um primeiro pagamento em dia. Pagou janeiro em dia, pelo menos, por exemplo. A outra condição é que seja dentro do período que ele tinha qualidade de segurado perante a Previdência. Depois que você deixa de pagar um período para o **INSS**, você deixa de ser segurado", explicou.

O advogado previdenciário Ch-ristovam Ramos ressalta que a portaria do **INSS** com as novas regras para esse público determina ainda que esses valores pagos não contariam para aplicação da regra de transição, no caso de pessoas sem direito adquirido.

"Uma pessoa lá em 2009, ela tinha 27 anos de contribuição e recolheu 12 contribuições em atraso. Em tese, ela teria 28 anos e entraria na regra de transição de 50%, mas a portaria diz que essas 12 contribuições não computam para fins de tempo de contribuição para regra de transição", afirmou.

O valor pago e que acaba sendo desconsiderado pelo **INSS** para cálculo de aposentadoria ou carência para benefício não pode ser devolvido. "É um tributo. Você está pagando o que você estava devendo", explica Maria Regina

# Pagamento do 13º injeta R\$ 3,6 bi no Grande ABC

**NILTON VALENTIM** [niltonvalentim@dgabc.com.br](mailto:niltonvalentim@dgabc.com.br)

O pagamento do 13º salário vai injetar R\$ 3,6 bilhões na economia do Grande ABC. O valor foi estimado pela subseção do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Deste montante, R\$ 2,5 bilhões serão pagos aos trabalhadores com carteira assinada e R\$ 1,1 bilhão que já foi depositado nas contas dos aposentados e pensionistas da **Previdência Social**.

Cerca de 1,275 milhão de pessoas recebem o benefício, sendo 769,9 mil trabalhadores com carteira assinada e 504,6 mil beneficiários da **Previdência Social**. Do total de recursos, 70,2% originam-se do rendimento dos trabalhadores do mercado de trabalho com carteira assinada (com as maiores proporções pagas pelo setor de serviços, indústria de transformação e comércio) e 29,8% dos aposentados e pensionistas.

Somente os trabalhadores da base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC vão injetar R\$ 427,2 milhões. Composta por 69.033 pessoas, com vínculo nas indústrias de São Bernardo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, e rendimento médio mensal de R\$ 6.189, a categoria segue exercendo forte influência na economia regional, uma vez que representa 5,4% do total de pessoas que deverão receber o benefício de fim de ano, mas participa com 12% dos recursos totais a serem pagos em 2021.

Quando comparados aos trabalhadores formais da região, constata-se que os metalúrgicos detêm 9 % dos empregos, mas respondem por 16,9% do montante pago aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

O estudo não leva em conta os assalariados sem registro em carteira, os autônomos ou trabalhadores que possuem outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebam algum recurso a título de abono de fim de ano.

**DIVISÃO REGIONAL** Com relação aos municípios, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema participam com 88% dos recursos a serem pagos aos trabalhadores formais, aposentados e pensionistas. No outro extremo, Ribeirão Pires (42,4%), Rio Grande da

Serra (41,4%) e Mauá (37%) são aquelas em que a parcela dos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) tem os maiores pesos relativos no total de 13º salários pagos naquele município, onde os valores previdenciários equivalem a mais de um terço do montante.

O Grande ABC participa com cerca de 1,6% de todo 13º salário pago no País, estimado em R\$ 232,6 bilhões para 2021, de acordo com os cálculos do Dieese.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, chama a atenção para a importância dos recursos relativos ao 13º salário para a economia regional.

"São valores que movimentam o comércio, quitam dívidas, são fundamentais para a região. O 13º é um direito do trabalhador desde 1962, resultante da efervescente luta dos sindicatos por esse benefício, e está presente em vários países. Desde que foi instituído se observa uma tentativa incessante para que seja extinto, o que não pode acontecer. É um direito que precisa ser respeitado e preservado", reforça o dirigente sindical.

**Site:**

<http://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?numero=18549>

# Congresso pode aprovar 'armadilhas fiscais' até o fim do ano

R7 Planalto

/  
**Mariana Londres, do R7, em Brasília**

Além do nó fiscal que o Congresso busca desatar para a aprovação, fatiada, da PEC dos Precatórios, ao menos quatro projetos em tramitação têm potencial de bagunçar ainda mais o cenário pelo impacto fiscal que terão caso sejam aprovados.

Na quinta-feira (9), o Senado deve aprovar o PL das Desonerações (PL 2.541/21), que estende benefício fiscal sobre a folha de pagamentos para 17 setores da economia. O impacto fiscal é calculado em R\$ 10 bilhões ao ano, até 2023, se o texto for aprovado como veio da Câmara.

A abertura fiscal da PEC dos Precatórios prevê - no texto aprovado no Senado -, que parte dos recursos abertos irão para bancar as desonerações. A proposta, no entanto, ainda precisa ser referendada pela Câmara. Ainda dentro da PEC dos Precatórios, artigo aprovado pelas duas Casas prevê o refinanciamento das dívidas previdenciárias dos municípios em até 240 parcelas, o que também impacta as contas.

Outro projeto com impacto fiscal é do Novo Refis, cujo relator na Câmara é o deputado André Fufuca (PP-MA). O texto está parado em função das negociações políticas da PEC dos Precatórios. Na Câmara, deve sofrer alterações em relação ao que foi aprovado no Senado, reduzindo o valor da entrada para as empresas endividadas. Em um primeiro momento, o projeto aumenta a arrecadação do governo, mas a "calibragem" do incentivo, que pode fazer o governo perder arrecadação do longo prazo, ainda está sendo discutida.

Previsto para ser discutido em audiências de comissões da Câmara nesta semana, o PL nº 2.564/20, que cria o piso nacional de R\$ 4.750 para profissionais de enfermagem, tem gerado forte reações de prefeitos. Apesar de concordarem com a valorização da categoria, eles calculam impacto de R\$ 20 bilhões apenas para as prefeituras e temem que muitos municípios tenham dificuldade de arcar com os salários sem ajuda da União.

Outra "armadilha fiscal" em tramitação é o PL nº 4.367/20 que prevê a concessão em dobro do abono anual, o chamado 14º salário, aos segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em caráter excepcional sobre 2020 e 2021, a ser pagos em 2022 e 2023. O custo estimado é de R\$ 81,4 bilhões aos cofres públicos. Para compensar os custos, estuda-se o aumento de **impostos** para alguns setores.

**Site:** <http://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/congresso-pode-aprovar-armadilhas-fiscais-ate-o-fim-do-ano-08122021>



# O que vemos é um desmonte das instituições fiscais , diz Eduardo Giannetti

**Sonia Racy**

Ele é graduado pela USP, tem PhD em Cambridge e, como escritor, ganhou dois prêmios Jabuti, em 1994 e 1995. Com um pé na filosofia e na literatura, e outro na economia - onde aparece mais no debate público -, Eduardo Giannetti da Fonseca chama a atenção para dois desafios. Um deles no Brasil, onde estamos assistindo a um desmonte das instituições fiscais . E outro no processo de hiperglobalização no planeta, com um volume de ativos completamente desconectado da realidade .

Nesta entrevista a Cenários , ele comenta também a disputa por uma cadeira na ABL, faz mistério sobre um novo livro e avisa: É talvez o livro mais filosófico que já escrevi .

Sinto-me muito feliz de estar competindo pela cadeira número 2 da ABL. Eu já tinha sido sondado há algum tempo, mas achei prematuro. Agora, vieram de novo e me senti apto a entrar na disputa. Isso me interessa porque sempre fui identificado como economista, mas minha atividade principal, de trabalho, não é de economia.

Já publiquei mais de 10 livros sobre filosofia, já escrevi literatura. E nesta etapa da vida estou interessado em me direcionar para literatura e filosofia.

Acho que queima o assunto falar muito cedo. Posso adiantar que o tema é filosofia. É talvez o livro mais filosófico que já escrevi, algo bem reflexivo.

O País está diante de uma encruzilhada, e o resultado das eleições vai ser determinante por várias gerações. Vivemos um processo complicado de polarização política. A vitória de Bolsonaro, em 2018, representou o fim de um ciclo do processo de redemocratização, no qual as três grandes forças de oposição ao regime militar foram testadas pelo eleitorado. Primeiro, o MDB de José Sarney e Ulysses Guimarães, depois o PSDB de Fernando Henrique e, por fim, o PT de Lula e Dilma. A vitória de Bolsonaro nega a política institucionalizada no País.

O então deputado Jair Bolsonaro, por 30 anos no Congresso, foi estatizante, corporativista, defendeu propostas contrárias ao liberalismo. Como é que esse candidato, que seis meses antes da eleição declarou

que FHC tinha de ser fuzilado por privatizar a Varig, se torna um liberal puro-sangue? Foi uma súbita conversão de 180 graus.

Minha percepção é de que ele imaginou que isso ia pegar bem no mercado financeiro.

Uma reforma da Previdência, que teve um protagonismo do Congresso. Avançaram em marcos regulatórios, saneamento, ferrovias, sistema portuário. A lei do BC independente já estava pronta. Mas o que eu não engulo é que eles nunca apresentaram uma **reforma tributária**. Abandonaram uma boa proposta, a PEC 45. Inventaram de voltar com a CPMF, que não deu em nada. A reforma do Imposto de Renda, idem. Na verdade, estamos assistindo ao desmonte das instituições fiscais do País.

Com a **inflação**, provocada em grande parte pela desvalorização cambial. E, com a incerteza fiscal, aumentar os juros é muito grave, porque 1% a mais na Selic gera um gasto adicional de R\$ 34 bilhões. Estamos falando de um Bolsa Família a cada 1% da Selic. Por isso que 2022 é uma encruzilhada. Ou restauramos uma certa racionalidade - na gestão pública, na educação, cultura, meio ambiente, economia - ou vamos perder uma geração. Se continuar o atual descalabro, vamos para o buraco.

Temos uma regularidade histórica que, de novo, se confirmou: grandes crises, guerras ou desastres naturais levam ao crescimento do Estado. É ele que se impõe como autoridade para coordenar e gastar. Uma coisa que aconteceu é que o processo de globalização - que traz vantagens inequívocas quanto à eficiência - revelou uma vulnerabilidade que não era explícita.

Estudo recente de uma consultoria mostrou que, para 180 produtos cruciais das cadeias produtivas mundiais, há apenas um ou dois fornecedores. Para ingredientes farmacêuticos, 80% da produção está concentrada na China e na Índia. Isso é muito perigoso para a humanidade. Um problema num país interrompe uma cadeia produtiva geral. Acho que isso pode nos levar a um arrefecimento desse processo de especialização e hiperglobalização.

Essa lógica da hiperglobalização tem uma fragilidade que precisa ser incluída no processo. Um simples dado: a dívida global, pública, familiar e corporativa

hoje é de 352% do **PIB** mundial. Antes da pandemia, estava em 325%. Você tem um volume de ativos com preço completamente desconectado do mundo real, de tudo. Na hora em que precisar aumentar juros, há o risco de essa bolha estourar.

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/o-que-vemos-e-um-desmonte-das-instituicoes-fiscais-diz-eduardo-giannetti,95d8462cf2fb8d481ac19df8ada5f907uid6jdws.html>

# Desafios da economia brasileira em debate no Correio

Com o Brasil entrando em recessão técnica ? o Produto Interno Bruto (**PIB**) caiu por dois trimestres consecutivos ? e as eleições presidenciais se aproximando, as expectativas em relação ao que será 2022 aumentaram muito. Há o temor de que, por decisões equivocadas do governo e por falta de ações do Congresso, não só a economia mergulhe de vez no atoleiro, como o desemprego volte a crescer e a **inflação** se mantenha em níveis inaceitáveis. Pior: com mais brasileiros mergulhando na pobreza.

Para debater os rumos do país e mostrar caminhos que possam evitar esse quadro dramático, o Correio promoverá, nesta quinta-feira, 9 de dezembro, entre 14h30 e 18h40, o seminário Desafios 2022: Para onde vai o Brasil. O evento reunirá representantes do Legislativo, do Executivo, economistas de renome, representantes do setor produtivo e especialistas em questões ambientais. Não há atalhos para se evitar o pior. O momento exige bom senso e escolhas corretas. O Brasil já errou demais nos últimos anos.

A abertura do seminário está a cargo do presidente do Congresso, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). No primeiro painel, sobre a agenda do Legislativo para o crescimento econômico, participam a senadora Simone Tebet (MDB-MS); o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM); e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ). A seguir, no segundo painel, o debate será conduzido pela economista Zeina Latif; pela economista-chefe do Credit Suisse, Solange Sour; pelo estrategista-chefe do Wealth High Governance (WHG), Tony Volpon; e pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

A última parte das discussões contará com Adriana Ramos, assessora de Política e Direito do Instituto Socioambiental; Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e da Indústria de Base (Abid); e de Mário Sérgio Carraro, gerente-executivo de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O seminário poderá ser acompanhado, em tempo real, pelo site do Correio ([correio braziliense.com.br](http://correio braziliense.com.br)) e por meio das redes sociais de jornal.

# Projeto para segurar preço da gasolina

**Cristiane Noberto**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei que propõe a taxação de exportações de petróleo cru e a criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis. A proposta visa criar uma folga para os consumidores e evitar mudanças bruscas nos preços da gasolina e demais derivados. Agora, o texto segue para votação no Plenário da Casa.

De acordo com o senador Jean Paul Prates (PT-RN), relator do projeto, a proposta é baseada em um "tripé" que, além da criação do fundo, estipula uma nova política de preços de venda a distribuidores e empresas que comercializam derivados do petróleo produzidos no país. Mas ainda há divergência entre os parlamentares sobre o subsídio. "Estamos tentando criar um sistema de amortecimento para que um país grande produtor de petróleo assegure ao investidor a receita, mas que atenuar os impactos para o comprador de gás de cozinha, diesel e gasolina. É a solução possível", afirmou o Prates.

A política de preços da Petrobras, adotada em 2016, no governo **Temer**, que se baseia nas cotações internacionais do petróleo e na taxa de câmbio, tem sido criticada por parlamentares e pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem intensificado os ataques à empresa. O presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, defende a paridade internacional de preços, medida que possibilitou a redução do endividamento da empresa, turbinado nos governos petistas. No mês passado, em audiência pública no Senado, Luna, afirmou ser contrário à taxa de exportação sobre óleo bruto, medida que, segundo ele, traria insegurança jurídica e "desestimularia investimentos no Brasil".

Inércia

A Federação única dos Petroleiros (FUP) apoia o projeto. De acordo com o coordenador geral da entidade, Deyvid Bacelar, a proposta é "um avanço". Ele critica a constante alta dos combustíveis e a disparada da **inflação**, provocada pela "inércia do governo federal". "Não é mais possível conviver com essa situação. É possível reduzir o que o brasileiro paga hoje nas bombas de gasolina e diesel e no gás de cozinha", disse.

Na avaliação de William Baghdassarian, professor de finanças do Ibmec, ainda que os parlamentares

tenham boa intenção, a iniciativa perdeu o timing. Ele disse que os preços dos insumos que compõem a gasolina caíram em todo o mundo. Além disso, não valeria a pena adotar uma medida estrutural sendo que os preços são variáveis. "Essas propostas têm eficácia limitada, pois o que faz a gasolina subir são os insumos e o preço do dólar. Já passamos pelo pior momento e, nos próximos meses, a tendência é de os combustíveis terem uma queda significativa", disse.

De acordo com o especialista, tornar o preço da gasolina mais rígido pode dificultar futuras quedas dos preços. "O preço não é dado pelo custo e, sim, pelo valor que as pessoas estão dispostas a pagar. Se as pessoas que estão consumindo pagam o valor que for, quem vende não tem incentivo para diminuir", afirmou. (Colaborou Maria Eduarda Angeli)

# Bolsonaro é aplaudido ao dizer que deve favores a empresários

**Marianna Holanda Brasília**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou nesta terça-feira (7) a atuação do Ministério Público do Trabalho, defendeu o perfil dos ministros indicados, por lista tríplice, ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) e fez um aceno a plateia de empresários, dizendo que o governo é deve dor de favor a eles.

As falas do presidente foram marcadas por um discurso pró-empresários, o que levou a aplausos.

"O que nós procuramos fazer desde o início do governo é facilitar a vida de vocês. Vocês não devem nenhum favor para nós. Nós é que somos devedores de favores a vocês. Quem emprega são vocês. O governo só emprega quando abre concurso público ou cria cargo em comissão", disse o presidente, quando foi aplaudido, em evento da CNI (Confederação Nacional da Indústria), acompanhado de ministros.

Em outro momento, quando se referiu a "nós" -o governo- como "empregados" da plateia, foi mais uma vez aplaudido.

O presidente perguntou ainda se alguém gostaria da volta do imposto sindical ou de ativismo na legislação trabalhista. A pergunta retórica foi para elogiar a lista tríplice do (Tribunal Superior do Trabalho) e sua indicação.

"Olha o perfil das pessoas em lista tríplice que eu encaminhei para o TST. Será que, se fosse outra pessoa de outro perfil, como estaria o TST, propenso a que lado? Ou isento? Como é duro ser patrão no Brasil, eu sei disso", afirmou.

O tribunal, na verdade, é quem monta lista tríplice e encaminha para o presidente, que faz a escolha.

O plenário do TST votou em novembro para Morgana Richa (TRT-2), Sérgio Pinto Martins (TRT-2) e Paulo Régis Machado Botelho (TRT-7).

A desembargadora foi indicada para o cargo pelo chefe do Executivo em novembro.

O governo tem em mãos uma proposta de nova reforma trabalhista que legaliza o locaute (espécie de greve de empresas) e limita o poder da Justiça do

Trabalho, que contou com a contribuição de integrantes do TST.

A proposta, encomendada pelo Ministério do Trabalho e Previdência, para Gaet (Grupo de Altos Estudos do Trabalho), altera a mudança do sindicalismo no Brasil.

O grupo produziu 330 mudanças em dispositivos legais. Dentre eles, estão o trabalho aos domingos e a proibição do reconhecimento de vínculo de emprego entre prestadores de serviço e aplicativo, como mostrou a Folha.

Criado em 2019, o Gaet é composto por economistas e juristas da área, inclusive magistrados da Justiça Trabalhista e ministros do TST, como Ives Gandra da Silva Martins Filho, ex-presidente da corte e aliado de Bolsonaro.

Além dos gestos ao empresariado, o presidente criticou também a atuação do Ministério Público, citando um caso do Ceará.

Segundo Bolsonaro, alguém da Presidência teria recebido telefonema de um dono de plantação de carnaúba e passou a ligação para ele.

O homem se queixava de ter recebido "meia dúzia" de multas por não ter banheiro químico para funcionários, por eles comerem "numa mesinha, de forma rústica" e por dormirem em barraca.

"Meteram a caneta no cara", criticou o mandatário. Em seguida, o presidente tratou sobre as condições de trabalho análogo a escravidão no Brasil.

Bolsonaro disse que, depois que foi aprovada emenda constitucional para expropriação de terras com trabalho escravo, "começou-se uma pressão, daquela esquerda que dominava o Brasil, para que o trabalho análogo à escravidão fosse encarado como escravo também".

"Que país é esse? O socialismo aprofundando-se cada vez mais no Brasil e gente batendo palma, gente acreditando." O caso específico a que ele se refere do Ceará é de 2019, quando os procuradores do Trabalho no estado fizeram inspeção em áreas de extração de carnaúba e encontrou trabalhadores em condições análogas à escravidão.

As feias pró-empresariado ocorrem também no momento em que o governo insiste na votação de um projeto que flexibiliza a legislação trabalhista. Essa minirreforma, como tem sido chamada, tem como justificativa melhorara condição dos informais. À Folha o secretário-executivo da pasta, Bruno Dalcolmo, pediu protagonismo do Congresso na pauta.

O governo havia enviado uma proposta de minirreforma trabalhista na MP (medida provisória 1.045), que facilitava regras de contratação de jovens e pessoas de baixa renda, mas acabou sendo barrada no Senado em setembro.

As declarações do presidente ocorrerem em meio a um dos momentos mais difíceis com o setor empresarial e financeiro com o governo.

Além de ter manobrado o teto de gastos, o que desagradou aos operadores no mercado por passar mensagem de irresponsabilidade fiscal, o **PIB** recuou 0,1% no terceiro trimestre de 2021.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

53

# A economia piorou (Artigo)

**ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES**

do Tesouro Nacional e atual Chefe de Gabinete da SOG/SP

Os dados econômicos divulgados recentemente não são nada bons. Na verdade, apenas mostram estatisticamente o que acontece no mundo real. Vejamos a aderência existente entre os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

**Site:**

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=14120>

A produção industrial brasileira, segundo o IBGE, caiu pelo quinto mês consecutivo. As maiores retrações vieram das indústrias extrativa (minério de ferro e petróleo), têxteis, máquinas e equipamentos e alimentos. A indústria de bens duráveis foi a que registrou a maior queda em outubro, indicando a décima baixa mensal consecutiva.

Segundo a FGV, o Índice de Confiança da Indústria caiu pelo quarto mês consecutivo em quinze dos dezenove segmentos pesquisados, após ter experimentado recuperação no início do ano.

O comércio varejista, por sua vez, segundo o IBGE, que vinha esboçando alguma recuperação no segundo trimestre do ano em decorrência do avanço da vacinação e da abertura dos negócios, caiu pelo segundo mês consecutivo. Em setembro, a queda foi generalizada em todas as atividades. Segundo a FGV, o Índice de Confiança do Consumidor, que também apresentou resultado favorável até agosto, voltou a cair a níveis de abril.

Ou seja, as informações divulgadas pelo IBGE e pela FGV mostram os mesmos resultados e tendências que decorrem da redução da renda das famílias e do aumento da inflação e das taxas de juros, tudo num ambiente de elevado desemprego e de incertezas quanto ao cenário político e à evolução da política fiscal.

E para fechar este quadro sombrio, tem o PIB do terceiro trimestre, que caiu 0,1% sobre o trimestre anterior, quando já havia caído 0,4% sobre o primeiro trimestre do ano. Do lado da oferta, os piores desempenhos vieram da agropecuária e da indústria de transformação e, da demanda, dos investimentos.

A economia está estagnada com viés de recessão. Talvez haja alguma recuperação no final do ano, mas nada que altere o pessimismo para 2022.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, Ex-Secretário

# Dinheiro público, orçamento privado (Editorial)

Feito com dinheiro público, o Orçamento da União, apropriado para atender aos interesses do presidente e de seus aliados, é cada vez menos público na sua elaboração e no seu uso. Conhecido como "orçamento secreto", o conjunto das emendas de relator consagra o manejo das finanças federais como um exercício privado. Tudo se passa como se alguns privilegiados tivessem o direito de usar essas verbas sem dar explicações aos demais cidadãos. Ao liberar o pagamento dessas emendas, depois de mantê-las suspensas por alguns dias, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu mais uma vitória aos defensores das práticas fiscais antirrepublicanas.

Dois argumentos, ambos duvidosos, foram usados para justificar a liberação.

O Congresso estaria empenhado em esclarecer as práticas orçamentárias e, além disso, seria preciso evitar a interrupção de obras e de serviços. Não seria necessário, no entanto, continuar esperando os tais esclarecimentos.

Quem aprovou o uso das verbas deve ter anotado a destinação do dinheiro e os nomes dos políticos envolvidos. A inexistência desse tipo de registro só seria explicável por uma extraordinária mistura de incompetência, irresponsabilidade e ingenuidade política.

Quanto ao segundo ponto: como falar de obras e serviços, quando se desconhece a destinação do dinheiro? Se os pagamentos foram inicialmente suspensos por falta desse tipo de informação, nada justifica o recuo da ministra.

A apropriação ostensiva do Orçamento de 2021 repete-se no projeto orçamentário de 2022, ainda em tramitação no Congresso. Pelo parecer do relator, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), as emendas poderão chegar a R\$ 16,2 bilhões, mas haverá espaço para aumento, se for aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, também conhecida como PEC do Calote. Não há, até agora, razão para esperar maior transparência nas emendas de relator. Os brasileiros provavelmente continuarão assistindo, a distância, ao manejo de um orçamento secreto, adaptado, é claro, às necessidades de um ano eleitoral.

Como ficará o Orçamento da União ninguém sabe, ainda, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já se esforça para aumentar o espaço das despesas.

Aprovada a PEC dos Precatórios e recalculado o teto de gastos, ainda faltará espaço para acomodar R\$ 2,6 bilhões. Para atender às cobranças do presidente Jair Bolsonaro, será preciso garantir a presença, no Orçamento, de verbas para o Auxílio Brasil, versão revista do programa Bolsa Família, com custo adicional previsto de R\$ 54,6 bilhões. Essa ajuda deve ser parte importante da campanha de reeleição do presidente.

Prorrogar a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores, já aprovada na Câmara, custará R\$ 5,3 bilhões e também será necessário encontrar recursos para isso. Importante para a preservação de empregos, essa medida pelo menos impedirá, ou limitará, o aumento da desocupação num período politicamente complicado.

Será indispensável, enfim, preservar condições para atender às cobranças do Centrão. Isso inclui o dinheiro destinado a emendas. Qualquer corte para garantir despesas obrigatórias ou politicamente importantes terá de passar longe, portanto, das emendas do orçamento secreto. Além disso, o Ministério da Economia terá de garantir recursos para cobrir o aumento dos gastos sujeitos à indexação, como os benefícios previdenciários. Preservar as contas públicas, uma obrigação sempre desafiadora, torna-se bem mais difícil quando a equipe econômica tem de lidar com um orçamento apropriado pelo presidente e por seus aliados, em vez de cuidar de um orçamento realmente público.

Se as projeções do mercado estiverem corretas, o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescerá cerca de 0,5% no próximo ano. Isso garantirá algum aumento da arrecadação, mas, ainda assim, 2022 será um ano complicado, na área fiscal. A dívida pública, já muito alta para um país emergente, ficará mais cara, por causa dos juros altos, e tenderá a crescer, ficando como um legado muito incômodo para o próximo mandato presidencial.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Maior choque de juros em quase 20 anos

**THAÍS BARCELLOS**

Para combater uma **inflação** alta, persistente e disseminada, o Banco Central está promovendo o mais forte choque de juros em quase 20 anos, considerando que a Selic deve pular hoje dos atuais 7,75% para 9,25%, na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom). Em nove meses, o aumento acumulado deve somar 7,25 pontos percentuais, do patamar inicial de 2% - o mínimo histórico.

A mexida num prazo tão curto só fica atrás do ciclo iniciado no fim de 2002, em meio à eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Naquela oportunidade, a taxa básica de juros subiu 7,5 pontos em apenas três meses - de outubro de 2002 a janeiro de 2003, com uma alta final de 1 ponto em fevereiro, para 26,50%.

Mesmo com os juros subindo "de elevador", é provável que o BC descumpra por dois anos seguidos, em 2021 e 2022, a meta de **inflação**, considerando a maioria das projeções de economistas ouvidos pela própria instituição para o boletim Focus. **Inflação** na casa dos dois dígitos promove uma bagunça na economia, prejudica a atividade e empobrece a população (veja mais na página B3).

Prevista para ser anunciada hoje, uma alta de 1,5 ponto é esperada por todas as instituições consultadas pelo Projeções Broadcast.

Uma combinação de ponto de partida muito baixo, certa demora do BC para agir e surpresas inflacionárias e fiscais explicam o processo acelerado de alta de juros, na opinião de especialistas.

"Essa não era minha visão no início do ano. Mas o juro a 2% estava muito baixo, a **inflação** descolou, e o BC teve de correr atrás do prejuízo", avalia o economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC. Ele diz ainda que a piora fiscal levou o mercado a projetar mais **inflação**, dificultando o trabalho do BC.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Alta de preços desorganiza economia e afeta a todos

**MÁRCIA DE CHIARA**

A **inflação** atingiu patamares que não se viam desde 2015, e passou a marca dos 10% (mais exatamente 10,73%, pelo IPCA-15 de novembro). Para quem viveu a época da hiperinflação, nas décadas de 80 e 90, isso pode nem parecer muito. Mas não é um número trivial. A **inflação** alta desorganiza toda a economia. Para combatê-la, é necessário subir os juros, o que prejudica a atividade econômica.

O descontrole inflacionário tem efeitos em todos os setores, mas atinge principalmente o bolso das pessoas. Isso porque há um descompasso entre a correção dos preços e da renda.

No mês passado, por exemplo, 70% dos acordos salariais fechados tiveram reajustes abaixo da **inflação**, aponta o Boletim Salariômetro, da Fipe.

Economistas especializados em **inflação** ressaltam que a situação atual ainda está longe do descontrole e da perda de referência de preços que ocorreu no período de hiperinflação.

"A **inflação** hoje está mais persistente do que galopante", diz o coordenador de índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), André Braz.

Para Marcelo Moreira, coordenador do IPC da Fipe, a perda de referência seria o primeiro sinal de hiperinflação, o que não é o caso atual. "Hoje, o consumidor tem referência de preços", diz. "O que ele não tem é renda para suportá-los." Veja abaixo exemplos de como a **inflação** alta afeta o dia a dia das pessoas.

**NOS INVESTIMENTOS.** **Inflação** em alta pode até significar maiores rendimentos nas aplicações financeiras, porque o remédio usado para conter os preços é o juro alto. No entanto, como se percebeu nos últimos meses, é difícil para quem tem dinheiro para aplicar conseguir ganhar da **inflação**. Os ganhos em renda fixa, em geral, repõem apenas parcialmente as perdas. E investimentos em renda variável, como ações, se tornam muito mais arriscados em uma economia desorganizada, característica dos períodos inflacionários.

**NAS TARIFAS.** Cerca de metade da **inflação** dos últimos 12 meses ocorreu por conta da energia elétrica e dos combustíveis.

Gastos com energia ou gás de cozinha podem até ser reduzidos, mas dificilmente são substituídos. A perspectiva é de que o fim, em maio, da bandeira "escassez hídrica", uma tarifa extra cobrada nas contas de luz, dê pelo menos um alívio nessa despesa.

**NAS ESCOLAS.** Depois de muito tempo sem aumento por causa da pandemia ou com pequenas correções, as escolas preparam reajustes entre 7% e 10%, em média, para o ano que vem, segundo pesquisas do setor.

Dirigentes de escolas dizem que há espaço para negociação, mas alegam pressões de custos e argumentam que fizeram investimentos pesados em tecnologia para se adaptar ao ensino a distância durante a pandemia.

**NOS SUPERMERCADOS.** Tidos como os grandes vilões da **inflação** em 2020, os alimentos da cesta básica continuam em alta. Entre janeiro e outubro, o custo da cesta subiu em todas as capitais, segundo o Dieese, com aumentos de até 20%. O impacto maior recai nas famílias de menor renda, que gastam quase a totalidade do orçamento com alimentos.

**NO CRÉDITO IMOBILIÁRIO.** Com **inflação** sob controle e juros em trajetória de queda, a Caixa lançou, em 2019, um financiamento imobiliário atrelado ao IPCA. A linha trazia condições melhores do que as de outros financiamentos tradicionais.

Mas, com o IPCA na casa dos 10%, esse crédito se transformou numa grande armadilha para quem o contratou.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# BC decide hoje sobre alta do juro sob pressão da inflação e alerta de recessão

Para tentar segurar os preços, o Banco Central deve elevar a Selic em 1,5 ponto percentual, de 7,75% ao ano para 9,25%, segundo analistas de mercado. Economistas ressaltam que aumento da taxa pode reforçar tendência de encolhimento da economia. | [io](#)

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211208#page/1>

# Guedes é "a confiança no mercado", diz Bolsonaro

"Não tem por que não sermos otimistas, estamos muito bem nas relações internacionais"

O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou ontem, em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que o ministro da Economia, Paulo Guedes, é "a confiança no mercado". Alçado a "Posto Ipiranga" nas eleições de 2018, Guedes foi uma espécie de fiador da então candidatura de Bolsonaro junto a investidores, mas perdeu apoio em segmentos do mercado diante da crise econômica e das dificuldades em aprovar reformas no Congresso.

De acordo com Bolsonaro, o Brasil "mais do que recuperou" a credibilidade no exterior.

"Brasil mais do que recuperou credibilidade lá fora.

Brasil é uma certeza. E obviamente nós temos que estar confiantes aqui também", disse o presidente. "Não tem por que não sermos otimistas, estamos muito bem nas relações internacionais", acrescentou. "No futuro, vamos dar graças a Deus à forma como o Brasil está se comportando." O presidente também disse que o governo "faz por merecer" a confiança que recebe.

"Desculpe a modéstia", declarou, em seguida. Por outro lado, pediu aos líderes industriais presentes que sigam confiando no Executivo.

O chefe do Executivo ainda tratou de trazer o debate eleitoral para o evento, ciente de que a elite financeira pode vir a abraçar uma outra candidatura em 2022. "A decisão passa pelos senhores, passa pela população. Alguém quer a volta do imposto sindical, um ativismo em cima da legislação trabalhista?", perguntou Bolsonaro.

-

Guedes: tem havido muito barulho sobre situação fiscal

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a classe política faz muito ruído sobre a situação fiscal no Brasil quando, segundo ele, o governo vem reduzindo o rombo das contas primárias como proporção do **PIB**.

Ao participar de fórum da consultoria Eurasia, Guedes salientou que, contrariando previsões de queda de 10% do **PIB** no ano passado, o Brasil caiu menos e se recuperou mais rápido, sem perder empregos formais na crise.

O ministro da Economia disse que o governo tinha um compromisso duplo de colocar o dinheiro necessário no enfrentamento da pandemia e, ao mesmo tempo, respeitar as gerações futuras, de modo que, após a expansão fiscal na crise sanitária, "nenhum outro país" promoveu política fiscal mais contracionista do que o Brasil.

Guedes projetou que, mesmo com o aumento das despesas com o Auxílio Brasil, o déficit primário deve cair para 0,5% do **PIB** no ano que vem.

-

Privatização será tema de campanha, diz ministro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem que a privatização de estatais seja apresentada na campanha eleitoral como um caminho que o País pode trilhar para diminuir sua dívida ao mesmo tempo em que reduz a pobreza. Mesmo em ano eleitoral, o ministro prometeu privatizar tanto os Correios quanto a Eletrobras em 2022.

Sobre a Petrobras, disse ser também favorável à privatização, mas que ela não está no plano do governo no atual mandato.

A agenda do governo na tentativa de reeleição deve ser, segundo ele, realizar o que não andou no mandato em curso, o que inclui a privatização da Petrobras, assim como a capitalização da Previdência e o lançamento da carteira Verde e Amarela, junto com a manutenção de programas sociais. "O programa para o novo mandato é claro: terminar o trabalho", afirmou Guedes.

Manifestando novamente apoio à privatização da Petrobras, que poderia, segundo ele, seguir o mesmo modelo de capitalização da Eletrobras, Guedes avaliou que a venda de empresas públicas terá maior apelo político se 80% dos recursos levantados forem para pagamento da dívida pública, e os 20% restantes

transferidos a famílias mais pobres.

"Temos que ser mais agressivos em transferência de riqueza", afirmou Guedes durante fórum promovido pela consultoria Eurasia.

Ao citar outra fonte de recursos que poderia ser destinado a um fundo social, ele acrescentou que a União tem um patrimônio ao redor de R\$ 1 trilhão em imóveis. "Provavelmente a maior empresa imobiliária do Brasil é o governo." Segundo Guedes, reduzir a pobreza com privatizações seria um incentivo a políticos que costumam questionar quais seriam os benefícios delas.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37018&edicao=118684>**

## Guedes defende mudanças em imposto

Diante de uma plateia de empresários em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a entidade representativa da indústria é financiada por uma fonte "equivocada".

"A CNI faz um belíssimo trabalho, mas a forma de financiamento está equivocada, não pode ser imposto sobre folha de pagamento, que é uma arma de destruição em massa de empregos. Se não falarmos a verdade, não teremos sucesso", disse.

O encontro contou com a participação do presidente da CNI, Robson Andrade, representantes de federações de indústrias e outros empresários, além do presidente Jair Bolsonaro.

A CNI, que controla o Sesi e o Senai, recebe recursos repassados das empresas do setor a partir de contribuições sobre a folha de pagamento dos trabalhadores.

"A verdade é que esse financiamento é equivocado, destrói empregos, o trabalhador, para ganhar mil reais, custa R\$ 2 mil para a empresa, essa cunha fiscal é inaceitável. Temos que tributar de outra forma e assegurar o financiamento porque o trabalho é brilhante, excepcional", completou o ministro.

No encontro, Guedes disse ainda que o processo de elevação na taxa de juros pelo Banco Central (BC) desacelera a atividade, mas não deve gerar uma recessão porque o Brasil convive hoje com taxa elevadas de investimento privado.

O ministro afirmou que não consegue ver o Brasil sem crescimento no futuro, mas ponderou que "evidentemente há dificuldades pela frente".

"A **inflação** está subindo, é um problema no mundo inteiro, Banco Central está subido juros, isso desacelera o crescimento, mas não gera recessão se a taxa de investimento está no pico desde 2014", disse.

No evento, Guedes voltou a criticar quem "previu o nosso fracasso" e ressaltou que afirmações sobre populismo fiscal do governo são "conversa fiada e falsas narrativas".

Ele também disse que críticos ao governo estão errando sucessivamente.

"Contra o ceticismo do mundo, o Brasil já vacinou 95% da população adulta, 70% com vacinação completa", disse.

Ao defender a agenda de reformas o ministro ressaltou que reformas prioritárias para o governo, como a tributária e administrativa, já estão no Congresso. "Está lá, é só aprovar, a nossa parte está lá", afirmou.

Para ele, a não aprovação da reforma do Imposto de Renda pelo Legislativo "foi sinal de pouca inteligência" porque um eventual novo governo poderá apresentar proposta com alíquotas mais altas para o imposto.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-08-e-09-12-2021/>

## Defesa do Prouni (Editorial)

Apesar de bem-sucedido, o Programa Universidade para Todos (Prouni) carece de adequações e melhorias à medida que a realidade socioeconômica brasileira se modifica, sempre visando à democratização do ensino superior. Esta é a intenção da Medida Provisória (MP) editada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, publicada ontem, que amplia o acesso ao benefício para alunos egressos do ensino médio de escolas particulares.

Há famílias de classe média que conseguem arcar com o ensino privado para seus filhos, mas não seriam capazes de pagar os altos valores cobrados no ensino superior privado. De acordo com dados do Pnad/IBGE, cerca de 40% dos alunos de escolas particulares do ensino médio são das classes D e E (não há informação sobre quantos são bolsistas).

Além da mensalidade dos cursos, existem ainda os custos com transporte, material didático e alimentação.

Uma conta que ficou ainda mais pesada com o aumento da inflação e do desemprego causado pela pandemia.

A expansão do acesso ainda teria o poder de preencher as bolsas ociosas. Segundo dados do Sisprouni, 56,8% de benefícios parciais não foram preenchidos em 2020.

Por outro lado, há o temor de que a mudança faça crescer a desigualdade social no ensino superior.

Ainda que a classe média tenha sido fortemente impactada pela pandemia, os alunos das classes mais baixas enfrentam um caminho de pedras desde o ensino básico.

A medida provisória ainda vai passar pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, em que pode sofrer mudanças. É uma oportunidade para se discutir o programa que tem potencial de tornar a sociedade brasileira mais justa por meio da educação.

**Site:**

**<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16349>**

# A inflação a seu favor (Artigo)

**Fábio Ferreira**

A **inflação** sempre foi um dos grandes vilões da economia nacional. E a pandemia, associada a fatores políticoeconômicos internos e externos, fez com que ela ganhasse um vigor corrosivo, que vem destruindo o poder de compra das famílias brasileiras. Para agravar, o país enfrenta uma crise hídrica que compromete o desempenho da agricultura e da pecuária, e a desvalorização do real frente ao dólar força a elevação dos preços de diversos produtos.

A começar pelos combustíveis.

Nos últimos 12 meses, em meio à assustadora sequência de altas, o litro da gasolina subiu 42,72% nas bombas, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que serve como um dos medidores da **inflação**.

Com base no IPCA até o mês de outubro, o etanol teve alta de 67,41% no acumulado de 12 meses, enquanto o gás veicular subiu 39,58%, e o óleo diesel elevou-se em 41,34%.

Também neste período, o botijão de gás aumentou 37,86%, a energia elétrica residencial superou os 30,2%, e as passagens aéreas ficaram 50,1% mais caras. Sem falar nos itens mais essenciais, os alimentos, que tiveram altas que superam até os 85%. O índice, em geral, revela uma **inflação** acumulada de 10,67% entre os meses de outubro de 2020 e de 2021. Em suma, é factível afirmar que o Brasil ficou um país bem mais caro.

Mas há outro prisma com o qual se pode contemplar a **inflação**, e que se ampara bem na máxima de que, "se não pode vencê-lo, junte-se a ele". Pois não só é possível como também seguro e, o melhor, rentável colocar a alta dos preços a favor do bolso. O mercado oferece boas opções de ativos indexados ao IPCA que permitem ganhos reais, ou seja, acima da **inflação**. Eles são acrescidos de um percentual que torna a aplicação atraente.

O mais conhecido, e que de certa forma já caiu no gosto dos brasileiros, são os títulos do Tesouro Direto.

Entre os papéis pós-fixados, os rendimentos são variáveis, já que dependem exatamente da performance da **inflação**. Trata-se de uma modalidade que precisa ecoar com maior intensidade em forma de educação financeira, pois, diferentemente da

famigerada caderneta de poupança, não existe risco de ver as aplicações se corroerem, embora não tenha a mesma liquidez nem as mesmas condições em caso de antecipação do resgate.

Os pequenos investidores de Tesouro Direto costumam tomar o hábito saudável de montar o próprio portfólio e de acompanhar com frequência o desempenho dos seus ativos.

Mas investidores mais leigos também dispõem do acesso aos títulos atrelados ao IPCA, recorrendo aos chamados fundos de **inflação**, focados na superação do índice por meio de uma ampla diversificação de produtos e conduzidos por profissionais do mercado.

Se é que se pode chamar assim, a grande desvantagem desses fundos é a impossibilidade dos membros de acompanharem os rendimentos de cada ativo. Seu papel é apenas de observar os ganhos, o que já não é mau negócio. E, em se tratando de ganhos, é possível potencializá-los também com base na **inflação**. É o que ocorre com quem investe em debêntures, que funcionam como um empréstimo feito a companhias num médio ou longo prazo. Neste caso, as empresas pagam juros maiores do que oferecem outras modalidades, mas os riscos também são mais elevados.

O Brasil avançou muito nas duas últimas décadas em relação à educação financeira, e hoje se tem acesso com mais facilidade às boas opções do mercado. Driblar a **inflação** é só uma das formas de fazer do limão uma limonada. Conhecer todos os produtos que oferecem rendimentos é uma boa forma de entender que a alta dos preços continuará acontecendo, mas que dá pra explorar ao menos parte do potencial desse inimigo a seu favor.

Fábio Ferreira, Sócio-diretor da Atrio Investimentos

**Site:**

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16349>



# Os efeitos da Ômicron para a economia global

Para que a **inflação** diminua, é preciso que o consumo seja direcionado para o turismo e para a alimentação feita fora de casa

Pouco mais de um ano após o primeiro sucesso de uma vacina contra a covid-19 em um ensaio clínico, uma sensação de pavor atingiu grande parte do mundo. A variante Ômicron do coronavírus, identificada publicamente pela primeira vez em 24 de novembro, poderá ser capaz de atravessar as defesas criadas pela vacinação ou infecção com covid-19.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Ômicron representa um risco global "muito alto".

O chefe da Moderna, fabricante de vacinas, alertou que as vacinas existentes podem enfrentar a nova variante com muitas mutações. Diante da terrível perspectiva de ainda mais bloqueios, fronteiras fechadas e consumidores nervosos, investidores reagiram vendendo ações de companhias aéreas e cadeias de hotéis. O preço do petróleo caiu cerca de US\$ 10 o barril, o tipo de queda frequentemente associada a uma iminente recessão.

É muito cedo para dizer se as 35 mutações na proteína spike da Ômicron ajudam a torná-la mais infecciosa ou letal do que a dominante cepa Delta. À medida que os cientistas analisam os dados nas próximas semanas, o quadro epidemiológico ficará mais claro. Mas paira a ameaça de uma onda de doenças se espalhando de um país para outro cada vez mais sobre a economia mundial, amplificando três perigos existentes.

**PREJUÍZOS.** O primeiro é que restrições mais rígidas no mundo rico prejudicarão o crescimento.

Com a notícia da variante, países se esforçaram para bloquear viajantes da região sul da África, onde foi identificada pela primeira vez. Israel e Japão fecharam totalmente suas fronteiras. A Grã-Bretanha impôs novos requisitos de quarentena. A pandemia encerrou abruptamente uma descontrolada era de viagens globais.

As restrições foram atenuadas este ano, mas a semana passada mostrou que os portões podem ser fechados muito mais rápido do que abertos.

A disseminação da Ômicron provavelmente também intensificará os limites à liberdade de movimento dentro do próprio país. A Europa estava restringindo muitas atividades domésticas antes mesmo da chegada da variante, a fim de combater o surto de infecções da variante Delta. A Itália mantém a maioria dos não vacinados fora dos restaurantes fechados, Portugal exige que mesmo aqueles que foram vacinados apresentem um teste negativo para entrar em um bar e a Áustria está em lockdown total. A tão esperada recuperação das enormes indústrias de serviços do mundo rico, da hospitalidade às conferências, acaba de ser adiada.

Uma economia desequilibrada alimenta o segundo perigo, de que a variante pode aumentar a já elevada **inflação**.

Esse risco parece maior nos Estados Unidos, onde o excessivo estímulo fiscal do presidente Joe Biden superaqueceu a economia e os preços ao consumidor aumentaram 6,2% em outubro em comparação com o ano anterior, uma alta não registrada em três décadas.

Mas a **inflação** anual também está desconfortavelmente alta em outros lugares, em 5,3% globalmente, de acordo com dados da Bloomberg.

Poder-se-ia pensar que a Ômicron reduziria a **inflação**, deprimindo a atividade econômica.

Na verdade, poderia fazer o oposto. Os preços estão subindo em parte porque os consumidores estão se empanturrando de mercadorias, entupindo as cadeias de suprimentos mundiais com tudo, de luzes de Natal a tênis. O custo do envio de um contêiner das fábricas da Ásia para os EUA continua extraordinariamente alto.

Para que a **inflação** geral diminua, consumidores precisam redirecionar seus gastos para serviços como turismo e alimentação fora de casa. A Ômicron pode atrasar isso. A variante também pode desencadear mais bloqueios em importantes polos de manufatura, como Vietnã e Malásia, agravando falhas no fornecimento.

E trabalhadores cautelosos podem adiar seu retorno aos postos de trabalho, pressionando os salários para cima.

Essa pode ser uma das razões pelas quais Jerome Powell, o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), indicou em 30 de novembro que é a favor do arrocho monetário. Essa postura é certa, mas traz seus próprios perigos. Os efeitos colaterais podem prejudicar as economias emergentes, que tendem a sofrer com saídas de capital e queda nas taxas de câmbio sempre que há um aperto do Fed.

**JUROS EM ALTA.** Economias emergentes têm maiores reservas e dependem menos da dívida em moeda estrangeira do que durante a tentativa frustrada do Fed de reduzir o estímulo durante o "taper tantrum" (retirada de estímulos monetários) de 2013. No entanto, esses países também precisam lidar com a Ômicron em casa.

Brasil, México e Rússia já aumentaram as taxas de juros, o que ajuda a conter a **inflação**, mas pode reduzir o crescimento no momento em que outra onda de infecções se aproxima.

A Turquia fez o oposto, cortando as taxas e, como resultado, enfrenta o colapso da moeda. Mais economias emergentes podem enfrentar uma escolha nada invejável.

O perigo final é o que tem a pior avaliação: uma desaceleração na China, a segunda maior economia do mundo.

Não faz muito tempo, o país era um exemplo brilhante de resiliência econômica contra a pandemia. Mas hoje está lutando com uma crise de dívida em sua enorme indústria imobiliária, campanhas ideológicas contra empresas privadas e uma insustentável política de "covid zero" que mantém o país isolado e o submete a draconianos bloqueios locais sempre que surgem novos casos.

Mesmo com o governo considerando estimular a economia, o crescimento caiu para cerca de 5%. Exceto o breve choque quando a pandemia começou, este é o menor índice em cerca de 30 anos.

Se a Ômicron for mais transmissível do que a anterior variante Delta, isso tornará a estratégia da China mais difícil.

Como essa linhagem viaja com mais facilidade, a China terá de reduzir ainda mais as atividades a cada surto para erradicá-lo, prejudicando o crescimento e interrompendo as cadeias de abastecimento. A Ômicron também pode tornar a saída da China de sua política de covid zero ainda mais complicada, porque a onda de infecções que inevitavelmente resultará da

propagação do vírus pode ser maior, prejudicando a economia e o sistema de saúde. Isso é especialmente verdadeiro por conta dos baixos níveis de imunidade induzida por infecções na China e às dúvidas sobre quanto bem as vacinas funcionam.

**VARIANTES IRRITANTES.** Mas nem tudo são trevas. O mundo não assistirá a uma repetição da primavera de 2020, com quedas no **PIB** de cair o queixo. Pessoas, empresas e governos se adaptaram ao vírus, o que significa que a relação entre o **PIB** e as restrições de movimento e comportamento são um terço do que foi, de acordo com o Goldman Sachs. Alguns fabricantes de vacinas esperam que novos dados mostrem que as vacinas existentes ainda terão condições de prevenir os casos mais graves da doença. E, se necessário, empresas e governos poderão lançar novas vacinas e medicamentos em alguns meses, até 2022. Mesmo assim, a Ômicron - ou, no futuro, Pi, Rho ou Sigma - ameaça reduzir o crescimento e aumentar a **inflação**. O mundo acaba de receber um doloroso lembrete de que o caminho do vírus para se tornar uma doença endêmica não será fácil. | TRADUÇÃO DE ANNA MARIA DALLE LUCHE

#### Perspectiva

Uma nova variante da covid-19 pode trazer uma outra rodada de restrições de mobilidade e mais desequilíbrio na economia mundial

#### Os riscos econômicos

**Restrições** O primeiro risco para a economia global é que uma variante mais infecciosa pode desencadear um série de medidas restritivas de locomoção.

A pandemia interrompeu quase todo o turismo pelo mundo, que agora dá sinais de a recuperação

**Preços lá no alto** Uma economia cambaleante alimenta o segundo perigo, de que a variante pode aumentar a já elevada **inflação**, com bloqueios de rotas de tráfego de cargas importantes

**Recuo chinês** O terceiro perigo é que uma nova variante cause uma desaceleração da economia da China, o que traria mais incertezas ao restante dos países

#### Perguntas Respostas

O que se sabe até agora sobre a nova variante do coronavírus

O que a OMS apontou sobre a Ômicron?

Em documento enviado a governos, a organização

apontou que o risco global da variante Ômicron é "muito alto". As principais preocupações residem na transmissibilidade, na capacidade de escape imunológico das vacinas e no perfil de gravidade da nova cepa.

A depender da resposta a essas dúvidas, a OMS considera a possibilidade de um novo pico da covid-19, com "consequências graves". A entidade, porém, destaca que há poucas evidências substanciais sobre a variante e, por isso, diz que a avaliação de risco global tem "incerteza considerável" e deve ser atualizada conforme novas informações surgirem.

Quais seriam os principais impactados pela nova variante?

Segundo documento da OMS, a nova variante impacta populações vulneráveis de forma desproporcional, especialmente em países com baixa cobertura vacinal.

O que a África do Sul divulgou sobre a nova variante?

Em **comunicado** à imprensa, o diretor executivo do Instituto Nacional de Doenças Transmissíveis da África do Sul (NICD), Adrian Puren, afirmou que, embora os dados até agora sejam limitados, os especialistas estão trabalhando para estabelecer mecanismos de vigilância para entender a nova variante e suas implicações.

Ela é uma variante de preocupação?

Sim. No dia 26 de novembro, a OMS classificou a cepa como uma nova variante de preocupação (VOC, na sigla em inglês), batizada com o nome Ômicron.

O que significa ser uma variante de preocupação?

Uma VOC é aquela que tem possíveis efeitos sobre o curso da pandemia de covid-19. Segundo a OMS, esta variante apresenta um grande número de mutações, algumas das quais preocupantes. A evidência preliminar sugere um risco aumentado de reinfecção em comparação com outras variantes.

O que especialistas brasileiros têm apontado sobre a nova cepa?

A grande quantidade de mutações da Ômicron é um fato que precisa ser investigado no Brasil, dizem cientistas. A cepa apresenta 50 mutações.

Cerca de 30 estão localizadas na chamada proteína spike, aquela que permite a entrada do vírus nas células humanas e é um dos principais alvos das vacinas contra a covid-19.

Por que ela passou por tantas mutações?

Uma primeira hipótese para a ocorrência de tantas mutações - três vezes mais do que o verificado na variante Delta - é a de que ela tenha se desenvolvido em um paciente imunodeprimido que abrigou a variante Alpha por muito tempo na África do Sul. Os testes detectam a Ômicron por ela não ter um gene específico - o mesmo da Alpha, segundo especialistas internacionais.

No Brasil, como será possível medir o impacto da nova variante?

Assim que for detectada, cientistas apontam que a cepa precisa ser isolada e colocada em contato com o soro de pacientes vacinados aqui no Brasil e também infectados com a variante Delta. Dessa forma, será possível saber se ter superado outros coronavírus confere alguma imunidade (proteção cruzada) contra a Ômicron.

A segunda pergunta que precisará ser respondida é como a nova variante vai se comportar. Ou seja: se ela vai substituir a Delta no Brasil, como parece estar fazendo na África.

Como o vírus consegue ser transmitido com uma velocidade maior do que o concorrente, ele vence a disputa. O anterior continua circulando, mas em menor proporção. Vale lembrar que a Delta acabou não causando um aumento de casos no Brasil.

Em que outros países e regiões a variante foi detectada?

Há evidências de disseminação para países em regiões da África, Mediterrâneo Oriental, Europa e Pacífico Ocidental, de acordo com a OMS. No Brasil, até o dia 5, havia seis casos confirmados da nova variante, todos vindos de fora.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>